

A língua portuguesa em situação de tensão/interdição em Timor-Leste

(The Portuguese language in situations of tension/interdiction in East Timor)

Simone Michelle Silvestre¹

¹Instituto de Estudos da Linguagem – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

simone.michelle@gmail.com

Abstract: This paper aims to make a discursive analysis of the Portuguese language's position as the official language of State and Government, together with Tetum, in relation to the other languages spoken in Dili, capital of East Timor. More specifically, we analyze a particular group of speeches given after Timorese independence in 2002, made by different people about Portuguese, the local languages, English and Indonesian, both of which have the status of working language. To analyze these excerpts, we shall be adopting concepts of Discourse Analysis from the standpoint of pecheutiana membership, e.g. discourse, ideology/ideological formation, position of subject and discursive formation.

Keywords: Portuguese language; interdict; East Timor.

Resumo: Este artigo tem o objetivo de analisar discursivamente o lugar que a Língua Portuguesa, enquanto língua oficial do Estado e do Poder, ao lado do Tétum, ocupa com relação às outras línguas que circulam em Dili, capital de Timor-Leste. Mais especificamente, analisar, em um determinado conjunto de seqüências discursivas produzido após a independência do país, em 2002, enunciados de diferentes sujeitos a respeito do português, das línguas nacionais e do inglês e o indonésio, ambos com estatuto de línguas de trabalho. Para a análise de tais seqüências, adotaremos conceitos do campo da Análise do Discurso (AD), sob a perspectiva da filiação pecheutiana, como discurso, ideologia/formação ideológica, posição sujeito e formação discursiva.

Palavras-chave: língua portuguesa; interdição; Timor-Leste.

Algumas informações sobre a presença da língua portuguesa em território timorense

Antes de analisarmos as diferentes seqüências, pretendemos recuperar alguns aspectos históricos pontuais importantes que possibilitam entender o processo de colonização linguística portuguesa em Timor e que, de certa forma, apontam para a possibilidade de recuperação de uma memória discursiva que ainda produz diferentes efeitos ao atravessar aquilo que os sujeitos enunciam na atualidade, os deslocamentos, as contradições e as interdições entre/sobre as línguas.

Timor-Leste é uma ex-colônia portuguesa localizada no sudeste asiático, em uma região rica em petróleo e gás natural, conhecida como austronésia, entre a Austrália e a Indonésia, que optou, a partir de 2002, enquanto parte da política linguística do Estado do pós-independência, pela manutenção do português, ao lado da língua nacional tétum, como língua oficial do país.

De acordo com o historiador português Luis Felipe Thomaz (2002), pode-se afirmar que, no período colonial em que Portugal manteve algum tipo de relação com Timor, a circulação e a promoção da língua portuguesa em terras timorenses foram possíveis por três frentes (a do comércio, a dos missionários e a da política), vistas sob quatro fases bem distintas.

A primeira inicia-se em 1515 e prolonga-se até 1556, sendo, exclusivamente, marcada pelas atividades comerciais com os habitantes da ilha, primeiramente em Lifau, região dos Baiquenos, atual Oe-cusse, a partir da troca de tecidos, de armas e de ferramentas por sândalo e um pouco de cera e mel. Nesse momento, a língua portuguesa circulou como língua de comércio entre os primeiros portugueses e os baiquenos.

A partir da 2ª metade do século XVI na ilha de Timor, com a presença das ordens cristãs e ações missionárias dominicanas portuguesas, instala-se a segunda fase da presença da língua do colonizador.

Por volta de 1702, a presença portuguesa no país assume características políticas e de ocupação do território, frente aos riscos que a forte expansão holandesa com ideais calvinistas e mercantilistas pelo arquipélago oferecia aos missionários cristãos, aos régulos católicos que serviam aos portugueses e aos mercadores de Macau que exploravam o sândalo. O avanço da esquadra naval holandesa fez com que os régulos timorenses solicitassem a vinda do primeiro governador português a se instalar em terras timorenses.

Pela primeira vez na história de Timor, o rei de Portugal, representado pelo governador, substituiu, como suserano de todos os régulos espalhados por Timor, a autoridade do reino de Bé-Hali, que ocupava o topo da estrutura de chefatura hierarquizada timorense. Dessa forma, o território timorense passou à condição de protetorado português, sendo que nas capitais estabelecidas ao longo do processo, primeiro Lifau, e, depois de 1769, até os dias atuais, em Díli, organizou-se um esboço de administração central.

Como já era esperado, o português foi a língua administrativa de uma minoria residente na capital do país, e a difusão do mesmo se intensificou entre os régulos e seus familiares, pelas ações dos missionários em Timor-Leste, ao longo dos séculos XVI ao XIX. Contudo, em 1834, com a Revolução Liberal, resultante da crise econômica em Portugal pela perda do Brasil e com a expulsão das ordens religiosas de Portugal e das colônias, desapareceram os seminários e os conventos dominicanos no país, prejudicando ainda mais a instrução e reduzindo o emprego da língua portuguesa, principalmente nos espaços rurais. Timor, neste período, foi abandonado pelo governo central, ficando ora sob a dependência de Macau, ora sob a de Goa; este abandono fez, inclusive, com que a Holanda questionasse a presença portuguesa em Timor, o que só veio a ser resolvido no ano de 1850.

De acordo com pesquisa de Thomaz (2002), apenas o espaço urbano de Díli conseguiu manter algum uso corrente do português, em contraste com o que se passava nos domínios holandeses onde era o malaio que imperava.

A quarta e última fase é marcada pelo governo de José Celestino da Silva (1894–1908) que estabeleceu relações coloniais de tutela com os régulos, fazendo com que os mesmos viessem a perder parte de seus poderes, e os vários reinos existentes ficaram reduzidos a uma cinquentena de postos militares. No governo de da Silva, no ano de 1898, foi fundado o famoso colégio de Soibada, dirigido pelos jesuítas até 1910, para

formar professores-catequistas, responsáveis, ao mesmo tempo, pela catequização e alfabetização em língua portuguesa das populações rurais. Conforme propõe Thomaz (2002), nessa escola, o ensino secundário passou a ser oferecido às sucessivas gerações da elite cultural timorense. Essa fase da presença portuguesa também foi marcada pela fundação, em 1915, da primeira escola oficial em Díli, logo seguida por outras iniciativas dentro de outros espaços do território, ainda que em menor número do que as escolas missionárias. Na década de 1960, juntaram-se a essas instituições formacionais e educacionais, mais de algumas centenas de escolas militares mantidas pelo exército em regiões mais afastadas.

Com o governo de Filomeno da Câmara (1910-1917), aconteceu a primeira tentativa de se ministrar no ensino elementar as aulas na língua materna das crianças. Chegaram a serem impressos livros escolares em Tétum, porém o ensino, ainda que pouco difundido entre a população, continuou, até 1975, a ter como língua de instrução o português.

Durante a presença da metrópole em Timor, de acordo com o historiador português, a porcentagem de habitantes que falavam, escreviam e liam o português, somada a dos que melhor ou pior o falavam, seria entre 15 a 20% da população total do país.

Diante deste quadro delineado, percebe-se que a Língua Portuguesa, no período colonial de Timor-Leste, não chegou, até 1974, a tornar-se língua de comunicação oral e nem mesmo língua de contato entre etnias das diferentes línguas, vindo a ocupar a posição de língua veicular tradicional, o tétum.

Por outro lado, Thomaz (2002) reconhece que a situação linguística de Timor sempre foi complexa e constituiu-se em um sistema organizado em três níveis de integração, o da língua local, o da língua veicular e o da língua de administração e de cultura, adicionado a estas as línguas de relação externa e as das minorias étnicas. No nível da integração em que uma língua define um espaço social marcado pelo conjunto de relações características de um grupo, para Thomaz (2002), correspondem em Timor as línguas locais, consideradas como instrumentos de comunicação delineadores de locais sociais restritos.

Junto das línguas locais, até 1974, havia que se unir mais quatro que tiveram na origem um papel diferente, mas que funcionaram como línguas regionais, como língua de comunicação em espaços sociais restritos: o Hakka, falado pela minoria chinesa, composta essencialmente por comerciantes; o Malaio¹ falado pela comunidade muçulmana; o já extinto Crioulo Português de Bidau, falado no subúrbio de Bidau, parte oriental de Díli, e o português como língua materna dos poucos portugueses criados no território, bem como da maior parte dos mestiços, de acordo com Censo de 1970, composta de 1939 pessoas. Conforme propõe Thomaz (2002), foi o português criouloizado e influenciado pelo malaio que se difundiu pelas costas asiáticas como língua de contacto/de comunicação de uma parte da população.

O crioulo português de Bidau perdeu forças com a desaceleração da rede marítima portuguesa e com o fortalecimento do Tétum pelas ordens religiosas e pelos próprios falantes. Com o passar do tempo, todos estes espaços sociais mais restritos se integraram

1 O português sempre coexistiu, desde o século XVI, por todas as costas do Índico, com o Malaio. Este sempre contou com uma tradição mais profunda e com uma aproximação linguística e estrutural com a maioria das línguas da região; o outro com uma difusão mais ampla, devido às atividades marítimas e mercantilistas do estado português.

em um contexto histórico-social mais amplo, em que a língua veicular passou a ser o Tétum-praça.

Ao português, o seu nível de integração, de acordo com Thomaz (2002), coube, em todo território, o da língua da administração e da cultura:

O português é, aliás, a única língua normalmente escrita, pois a despeito da impressão de alguns dicionários, métodos, catecismos, livros de orações e resumos da Bíblia em tétum e galóli, nunca se impôs o uso escrito das línguas vernáculas. Mesmo na correspondência particular, os timorenses preferem em regra escrever – ou ditar a quem o saiba fazer – cartas em português a utilizar o idioma local ou mesmo o tétum, cuja notação lhes parece embaraçosa à falta de uma convenção ortográfica arraigada no uso. Mas o português tem, tal como o tétum, além desta, outra função: uma função integradora na sociedade timorense ao nível pelo menos das camadas dirigentes, dos letrados que ocupam na pirâmide social uma posição cimeira. Como notámos já, um dos factores de unidade é, em Timor, a difusão de uma cultura luso-timorense, fruto de uma aculturação paulatina ao longo de quatro séculos e meio de contacto. Através dessa cultura mestiçada (de que o catolicismo e a língua portuguesa são talvez os dois elementos-chave) e a população timorense em geral e a sua classe dirigente em especial integra-se num universo cultural mais amplo, o da civilização lusófona. (THOMAZ, 2002, p. 143)

Após a Revolução dos Cravos (1975), com Portugal decidindo por conferir independência às suas ex-colônias, no caso de Timor-Leste, ainda que o regime da FRETILIN (Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente) tivesse feito críticas ao governo colonialista do ditador Salazar, o partido continuou a valorizar a Língua Portuguesa como elemento ancestral e integrado na cultura nacional do país.

De acordo com pesquisa de Hull (2001):

O país era único do ponto de vista linguístico, com quinze línguas indígenas, a maioria das quais puramente timorenses (ou seja, não faladas na Indonésia), tendo-se ramificado algumas delas em múltiplos dialectos locais. Além desta poliglossia, grande parte do território estava unificado pelo uso do tétum como língua franca, e as pessoas que tinham ido à escola também falavam o português. Esta poliglossia não impedia que os funcionários da colónia e o clero católico comunicassem com a população, visto que os indígenas que não falavam o português podiam comunicar através do tétum-Díli (tétum praça) uma variante de tétum mesclado com o português e por isso facilmente aprendido pelos europeus. (HULL, 2001, p. 31)

Durante a ocupação de 24 anos (1975 a 1999) do governo indonésio sob Timor-Leste, a língua oficial passou a ser o malaio (*bahasa* indonésia). Porém, a Frente de Timor-Leste Independente, FRETILIN, conseguiu, em meio à clandestinidade, manter o português como língua de comunicação e de projeção mundial da situação do país para os que atuavam na frente diplomática e entre os líderes da resistência timorense. Com a proibição do uso em público da língua portuguesa, em 1981, pela Indonésia, os padres deixaram de usá-la nas pregações e passaram a empregar o Tétum. Além disso, o ensino e o uso do português sofreram restrições, tanto nas escolas quanto em casa, e a única língua autorizada nas escolas, a par do indonésio, era o inglês, ensinado como língua estrangeira no ensino secundário. Apesar disso, entre os timorenses mais velhos, que já falavam português, continuaram, secretamente, a usar com a família a língua, como dispositivo de

união e de resistência ao invasor e como instrumento de defesa da identidade. Conforme Ruak (2001) propõe, três fatores estiveram na base da manutenção da língua portuguesa, na frente armada, no período da resistência: primeiro a presença de intelectuais falantes da língua; segundo, a existência de um número considerável de timorenses conhecedores da língua escrita; terceiro, por ser a única ortograficamente mais desenvolvida na ilha. Foi também neste momento da proibição da língua portuguesa em Timor-Leste que a promoção da língua Tétum e de outras línguas pela igreja ganhou ainda mais força. Porém, com a entrada de um “segundo” colonizador que interditou a língua portuguesa e oficializou o malaio, é mantido o estatuto inferior ao Tétum e as línguas locais, além de sufocar a cultura timorense e tudo o que estivesse ligado ao passado português. Naquela época, a língua portuguesa quase fora apagada de Timor-Leste, sendo que tal projeto somente não se concretizou porque os timorenses que se encontravam fora do país (hoje, “os retornados”), a Igreja e alguns líderes da Frente Clandestina mantiveram o emprego da mesma, ainda que em situações muito adversas e pontuais. Naquelas circunstâncias, somente a Língua Portuguesa, estranha e difícil aos indonésios, era suficiente para negar qualquer aproximação/ligação com os indonésios e negar a presença do “elemento estranho” que não era bem-vindo no território timorense.

Fundamentação teórica: alguns conceitos

Antes da análise e da compreensão do funcionamento do que está sendo produzido como discurso, vale a pena destacarmos que o termo discurso é compreendido como “objeto atravessado simultaneamente pela língua e pela ideologia e irreduzível a uma ou a outra” (PÊCHEUX, 1969 apud GRIGOLETTO, 2002, p. 27). Ou seja, é o espaço teórico em que a língua e a ideologia estão em relação total, sendo esta compreendida “como determinação histórica do sentido entre relações de forças em uma dada formação social e aquela como sistema de signos linguísticos” (ZOPPI-FONTANA, 1997, p. 34).

Consequentemente, a noção de sujeito e língua também passará por deslocamentos no interior da Análise de Discurso. Segundo Zoppi-Fontana (1997), pressupondo o descentramento do sujeito e a historização do sentido, a partir da AD de base materialista pechêutiana, aquele não é a origem e fonte do dizer, não é o dono absoluto que controla de maneira estratégica e intencional o sentido daquilo que enuncia como se fosse “seu”; pois “assume-se a determinação ideológica do sujeito pelas formações discursivas que o precedem e excedem, dentro das quais se constituem as diferentes posições de sujeito que permitem ao sujeito sua enunciação” (ZOPPI-FONTANA, 1997, p.35).

Além disso, a mesma determinação ideológica, conforme destaca Zoppi-Fontana funciona:

[...] sobre o sentido (de uma palavra, de uma frase, de um texto), o qual não está na língua (como produto das oposições internas do sistema) nem no sujeito (como produto de um planejamento estratégico a partir de uma intenção significativa ou de comunicação); pelo contrário, postula-se que o sentido é produzido materialmente a partir dos processos discursivos que delimitam/opõem as FDs que atravessam uma formação social. (ZOPPI-FONTANA, 1997, p. 35)

Sendo que a ideologia ou formação ideológica, a partir de perspectiva pechêutiana, segundo Orlandi, não deve ser compreendida:

[...] como conjunto de representações, como visão de mundo ou como ocultação da realidade. Não há aliás, realidade sem ideologia. Enquanto prática significativa, a ideologia aparece como efeito da relação necessária do sujeito com a língua e a com a história para que haja sentido. E como não há uma relação termo-a-termo entre linguagem/mundo/pensamento essa relação torna-se possível porque a ideologia intervém com seu modo de funcionamento imaginário. São assim as imagens que permitem que as palavras “colem” com as coisas. Por outro lado, como dissemos, é também a ideologia que faz com que haja sujeitos. O efeito ideológico elementar é a constituição do sujeito. Pela interpelação ideológica do indivíduo em sujeito inaugura-se a discursividade. Por seu lado, a interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia traz necessariamente o apagamento da inscrição da língua na história para que ela signifique produzindo o efeito de evidência do sentido (o sentido lá) e a impressão do sujeito ser a origem do que diz. Efeitos que trabalham, ambos, a ilusão da transparência da linguagem. No entanto nem a linguagem, nem os sentidos nem os sujeitos são transparentes: eles têm sua materialidade e se constituem em processos em que a língua, a história e a ideologia concorrem conjuntamente. (ORLANDI, 2009, p. 48)

No quadro teórico proposto por Pêcheux (1969), a noção de sujeito é chamada para formular o conceito de formação discursiva, uma vez que ambos estão extremamente imbricados para a produção do sentido. Ou seja, é por meio da relação do sujeito com a formação discursiva que se chega ao funcionamento do sujeito do discurso. De acordo com Pêcheux (1988, p. 16, apud INDURSKY, 2007, p. 79), “a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito)”. Sendo que tal identificação dá-se pelo viés do que Pêcheux (1969, p. 167) denomina de forma-sujeito.

Diante do exposto é importante lembrarmos que é a ideologia, juntamente com o sujeito, que é tomada como princípio organizador da formação discursiva. Indursky (2007, p. 79) propõe que é o indivíduo, interpelado pela ideologia, que se constitui como sujeito, identificando-se com os dizeres da formação discursiva que representa, na linguagem, um recorte da formação ideológica.

Entendida deste modo, a formação discursiva, segundo Pêcheux (2009, p. 147), consiste naquilo que, numa formação ideológica, isto é, a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito pelo sujeito, ou seja, a formação discursiva tem seus saberes regulados pela forma-sujeito e apresenta-se dotada de unicidade.

Retomando Malidier (1990), há algo extremamente importante sobre a contribuição do filósofo francês para o lugar da Análise de Discurso no campo da Ciência da Linguagem que vale a pena ser destacado:

O percurso de Michel Pêcheux deslocou alguma coisa. De um ponto a outro, aquilo que foi teorizado sob o nome de “discurso” é o esboço de algumas ideias tão simples quanto insuportáveis: o sujeito não é a fonte do sentido, o sentido se forma na história, por meio do trabalho da memória, a incessantemente retomada do já-dito, o sentido pode ser perseguido, mas ele escapa sempre. [...] (MALDIDIER, 1990 apud GREGOLIN, 2005, p. 109)

Condições de produção iniciais que possibilitaram a discursividade entre os sujeitos da atualidade: a língua portuguesa entre os timorenses após o referendo

Após a Consulta Popular, realizada em 30 de Agosto de 1999, em que a população decidiu pela sua Autodeterminação e a desocupação da Indonésia do solo timorense, começaram a ganhar projeção as divergências, já presentes em outros momentos da relação entre as línguas em Timor-Leste, relativas quanto à futura língua oficial da nação. Diante desse fato, e temendo crises internas entre as autoridades e grupos populares locais, o presidente do Partido Conselho Nacional da Resistência Timorense (CNRT), Kay Rala Xanana Gusmão, e outras autoridades timorenses firmaram um acordo optando pelas línguas portuguesa e tétum como oficiais.

Na época, a população votou pela autodeterminação, mas não foi convocada para opinar a respeito de qual seria a língua oficial, cabendo à Assembleia Constituinte do país decidir. Conta-se que aconteceram desacordo e divergências entre os grupos locais no poder com relação a escolha da língua oficial do Estado, uma vez que alguns apostavam apenas no Tétum como língua oficial da nova nação, já outros pretendiam ter o português como língua oficial restando ao tétum o estatuto de língua nacional. Uma questão que precisava ser decidida, pois o país estava prestes a se projetar ao mundo como a mais nova nação independente do começo do século XXI. Tomadas as devidas providências, até hoje, a escolha tem gerado desacordos e polêmicas entre autoridades timorenses, diferentes setores da sociedade local e órgãos estrangeiros da língua inglesa, colaboradores para o desenvolvimento do país, no tocante à manutenção do português (língua falada por 3% da população) como língua oficial em diferentes setores da justiça, nas repartições públicas e, especialmente, nas escolas, onde faltam professores preparados para lecionar empregando o português, materiais e condições/situações favoráveis para o seu uso e ao desenvolvimento e investimento humanos. Muitos timorenses também questionam a falta de interesse do governo no investimento com relação às diferentes línguas nacionais faladas no espaço rural do país, além da própria língua tétum.

A partir dos desencontros gerados pela política de línguas adotadas pelas autoridades, alegando que pretendiam manter a unidade nacional e a identidade do timorense com as línguas tétum e portuguesa, quais são os “dizeres”, os discursos, as vozes que a situação sócio-histórica (re)produz? É o que tentaremos apresentar e analisar neste ensaio, a partir do que Mariani (2004) propõe-nos que é no “simples” falar, ou na tomada da palavra, ou em ocupar uma posição, já é, em si, uma prática política, com todas as implicações possíveis:

O fato de tomar a palavra, o colocar-se como enunciador num dado contexto histórico-social, é algo que instaura diferenças, mesmo quando se busca consenso. [...]. Falar é inscrever-se em redes históricas e sociais de produções de sentidos que antecedem ao próprio ato em si, e cuja memória nem sempre se depreende com nitidez. Não há, desse ponto de vista, um total domínio sobre o que se diz, embora haja uma perene e ilusória tentativa de controle do dizer. (MARIANI, 2004, p. 40)

O que significa, no domínio da atualidade, a língua portuguesa para os diferentes grupos étnicos com suas diferentes línguas e necessidades? Qual é a relação entre as línguas tétum e portuguesa? E as línguas locais dos diferentes grupos, como elas são tratadas? O que os debates e as diferentes posições ocupadas pelos sujeitos podem apontar?

Diante deste cenário, as condições de produção do corpus são heterogêneas, pois trata-se de textos formulados em circunstâncias enunciativas diversas, o que inclui diferentes sujeitos falantes, diferentes destinatários e alguma diversidade de situações de enunciação no século XXI. Contudo o sucinto material constitui um conjunto analisável do ponto de vista do discurso por ofertar indícios da configuração discursiva possível que se define por fazer coexistirem sentidos opostos e contraditórios, oriundos de diferentes regiões do interdiscurso, sob várias posições sujeito que estão alocadas em uma mesma formação discursiva numa dada formação social capitalista em uma região do sudeste asiático no século XXI.

Vamos às sequências.

SD1. “[...]. Nós somos metade de uma ilha perdida no arquipélago indonésio. Por que é que durante 24 anos nós falamos em independência e, bem ou mal, fomos ouvidos? O que é que nos distingue das outras 18.000 ilhas do arquipélago indonésio? Única e simplesmente o fato de falar português. O **português** é a nossa **identidade histórica**, que ironicamente nos foi **concedida pela presença colonial e pela ‘opção política de natureza estratégica que Timor-Leste** concretizou com a **consagração constitucional do português como língua oficial a par com a língua nacional, o tétum**, reflecte a afirmação da nossa identidade pela diferença que se impôs ao mundo, e, em particular, na nossa região’...” (2002: Palavras proferidas por Kay Rala Xanana Gusmão, ex-presidente de Timor-Leste, durante a IV Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em Brasília, Brasil.)

Na sequência discursiva acima enunciada por Xanana Gusmão, ex-guerrilheiro da frente clandestina timorense e um dos defensores da manutenção do português em Timor-Leste, às autoridades dos países membros da CPLP em Brasília, encontra-se enunciado o “já-dito” – o pré-construído (Pêcheux, 1969) – por outros sujeitos, em outros lugares e em diferentes contextos na história das línguas, que recupera/retoma não apenas a posição da resistência, mas o discurso do colonizador e pelo qual o sujeito enunciativo é atravessado.

A formulação linguística o “português é a nossa identidade histórica”, posta pela posição sujeito do discurso, ainda que não seja a de outros sujeitos, aponta para o fato de que, embora independente, mantém, pelo interdiscurso²², a memória com a metrópole, na tentativa da construção de uma identidade nacional comum a todo timorense, ainda que ligada ao colonialismo português.

Conhecendo a história da língua tétum, em diferentes localidades do país, chama a atenção o fato de o sujeito do discurso não associar diretamente a identidade nacional timorense ao tétum, pois este, embora falado em algumas regiões de fronteira do Timor Oriental com o Timor Ocidental, de concessão Indonésia, é diferente do tétum falado na porção ocidental. Ao enunciar o que diz e como diz não reconhece a identidade do timorense pela língua Tétum, o sujeito mantém-se atravessado pelo que caracteriza o discurso do colonizador, oficializando tal posicionamento no reconhecimento da língua portuguesa pela Constituição do país e pelo o que os torna “diferentes”.

2 Pêcheux (1975, p.162 *apud* Payer, 1995, p.18) denomina interdiscurso ao “todo complexo com dominante das formações discursivas”, e é por esse conceito que se pode apreender as relações entre elas, quer dizer a relação (a separação) de uma formação discursiva com o seu “exterior”.

Ainda que o tétum seja considerado a língua que caracteriza a importância maior na construção da unidade do Estado Nacional e para a identidade nacional do timorense, ele acaba sendo silenciado/não reconhecido no discurso do ex-presidente, sendo conferido status especial, de quase exclusividade, à língua portuguesa.

SD2. “[...]. Hoje, embora o **português** seja considerado a **língua oficial de Timor**, a par do Tetum, (art. 13 da Constituição de RDTL), a **sua implementação depara-se com grandes obstáculos**. Há sectores da **sociedade timorense** que **são contra o uso da língua portuguesa**; as **línguas nacionais (21)** e as **línguas estrangeiras (o indonésio e o inglês)** são fortes concorrentes do português; o timorense, às vezes, recorre ao uso do idioma mais fácil para a comunicação (tétum, indonésio, inglês); a **existência de número insuficiente de professores, de livros**, de jornais e de rádios e de televisão. Afora o fato de que ainda **não está generalizado o costume de leitura entre os já “alfabetizados”, sobretudo, leitura de livros**, especialmente os da literatura. Desafios: continuar a apostar no ensino e na prática da Língua Portuguesa. Para isso, exige-se maior empenho dos governantes na maior distribuição de livros e de outros materiais, maior implantação da rádio e da televisão nos Distritos e Sub-distritos. Daqui, a necessidade de cooperação de todos os países da CPLP. Num mundo globalizado, o actual panorama da existência de quatro línguas em Timor (tétum, português, inglês e indonésio), é enriquecedor e vantajoso. Pois cada língua é uma janela aberta para o mundo. Por outro lado está o orgulho da preservação da própria identidade nacional. [...]” (Trecho do texto “A Língua Portuguesa em Timor-Leste”, publicado em 2008, em Agência Ecclesia, por Dom Carlos Filipe Ximenes Belo, ex-bispo de Díli e Prêmio Nobel da Paz de 1996).

Nesta outra sequência discursiva, o sujeito enunciador é porta-voz da Igreja Católica em Timor-Leste e, embora ocupe uma posição sujeito (o sujeito ideológico) diferente da do ex-presidente, ao reconhecer que o português não é a língua de maior familiaridade e de identidade entre os grupos do país, principalmente entre os da população local, encontra-se/mantém-se inscrito na mesma formação discursiva da do ex-presidente ao se mostrar preocupado com as circunstâncias da reintrodução do português em Timor-Leste. Na posição sujeito ocupada pelo representante da igreja, chama a atenção o fato de o “seu” discurso, assim como o é de outros que se opõem à oficialização da língua portuguesa em Timor-leste, apontar para a adoção de uma política linguística imposta pelo Estado timorense, ainda aliada a uma política de ensino das línguas portuguesa e tétum nas escolas, que não têm alcançado praticamente nenhum êxito. Embora o português tenha estatuto de língua oficial, a par da língua Tétum, e esteja inserido no projeto de ensino de línguas³³ nas escolas, aquele não aparece na prática de comunicação da maioria dos timorenses, muito menos na situação de uso das diversas línguas, além de não ser reconhecido como língua da identidade nacional entre parcela significativa da população. Ainda que as línguas nacionais sejam mencionadas no segundo parágrafo do artigo 13 da Constituição da RDTL, a diversidade linguística de Timor-Leste não é levada em conta pelas autoridades locais, pois as 21 línguas nacionais (compreendidas entre as 15 línguas locais e os seus dialetos), que representam a memória de diferentes grupos étnico-linguísticos, são apagadas/silenciadas pelo poder central, não sendo, portanto, contempladas pelo sistema

3 É importante mencionar que a partir de 2008 uma nova política de educação aprovada pelo Conselho de Ministros oficializou o modelo de ensino básico de nove anos para a escola timorense. A partir dessa atual política, as línguas Tétum e Portuguesa serão línguas de instrução do 1º ao 3º ano, sendo que, a partir do 4º ano, o português será a principal língua de instrução e a da escrita. Quanto ao Tétum, será usado como língua de instrução oral e na leitura dos textos em Tétum.

escolar timorense. Além disso, no caso das duas línguas estrangeiras, o inglês e o indonésio, embora mencionadas, no artigo 159 da Constituição, como línguas de trabalho, são, por fatores históricos e geográficos, do domínio de boa parte dos timorenses escolarizados que recorre com grande facilidade ao uso das mesmas no seu dia a dia.

A sequência discursiva enunciada pelo sujeito vem marcada pela situação de disputa entre as línguas, com indicativo de pouco desenvolvimento do português entre os da população local. Embora alguns grupos defendam a importância do português para o desenvolvimento do tétum no país, poucos estudos têm sido realizados nesse sentido para verificar a viabilidade da proposta. Grupos internacionais de língua inglesa e os próprios timorenses questionam a decisão política da manutenção do português no país. Percebe-se que para este momento o que está em jogo aqui é a língua portuguesa e não o Tétum e/ou as outras línguas locais.

Aqui, através da “voz” do bispo, está em jogo a tensão entre três grupos que se encontram em oposição, medindo forças no campo de batalha entre as línguas: as autoridades timorenses com forte aproximação histórico-cultural e linguística com os portugueses, a população local praticamente esquecida pela administração portuguesa por mais de quatrocentos anos, restando a ela suas tradições, as línguas nacionais e o tétum, e os de fora/os *malaes* (estrangeiros) que, embora com fluxos variáveis ao longo da história, mantêm presença sempre constante em Timor-Leste.

Outro aspecto discursivo interessante na sequência (re)produzida pelo sujeito enunciativo é que, além dos pré-construídos, há a organização de palavras⁴⁴ que se combinam (como língua nacional, oficial, estrangeira, idioma) no discurso do sujeito que o inscrevem em uma posição marcada pela ideologia que o colocam em uma posição sujeito de uma formação discursiva determinada. Quando contrapõe a língua portuguesa às línguas nacionais, incluindo o tétum, não se faz isso à toa, ali os dizeres do sujeito estão atravessados pela ideologia que desloca a noção estabilizada de língua nacional, conforme propõe Guimarães (2005), de a mesma ser dada a língua da nação, do povo, ligada com o Estado politicamente constituído, enquanto a unidade imaginária necessária como garantia de que todos, no povo, falam a mesma língua, para o aspecto da diversidade de línguas em Timor-Leste e para a heterogeneidade entre elas. Não há apenas uma ou duas línguas nacionais, mas a realidade linguística, quer o Estado queira ou não, do país traz vinte e uma línguas com suas diferenças internas e tendo de “sobreviver” em meio à língua de outros países colonizadores, como Portugal, Austrália e Indonésia.

Percebe-se que a posição sujeito corresponde bem com a forma-sujeito da formação discursiva da instituição para a qual ele responde, pois a Igreja Católica, em Timor-Leste, evangelizou e converteu empregando tanto a língua tétum quanto a portuguesa e, em algumas outras localidades, onde nem mesmo o tétum e o português eram as línguas da comunidade, os religiosos aprendiam, convertiam e evangelizavam na língua dos nativos.

SD3. “Sou timorense, nascia e crescia mesmo no tempo da ocupação da Indonésia e fazia parte também na luta pela independência, por isso, sei muito bem, mesmo que não fosse tudo, sobre a história da luta pela reconquista da independência de Timor Leste...!”

4 Aqui gostaríamos de retomar Pêcheux (1971, p. 102), segundo Robin (1993, p. 115): “[...], as palavras mudam de sentido segundo as posições assumidas por aqueles que as empregam; pode-se precisar agora: as palavras ‘mudam de sentido’ ao passar de uma formação discursiva para outra”.

Aqui só gostaria de dizer que, **não aceito esta descrição da história de Timor Leste de que durante a nossa luta só utilizamos o português ou seja o português desempenhou um papel muito mais importante do que o Tetum**, porque:

- a. o Português é falado pelas pessoas que possam ser contadas pelos dedos...!
- b. na frente armada, a maioria dos guerrilheiros era dos jovens que fugiram depois da ocupação indonésia que não sabia nada do português...!
- c. na frente clandestina, as pessoas que trabalhavam lá foram quase tudo dos jovens que nasceram no tempo da ocupação indonésia que não sabiam nada ou um pouco sobre o português...! [...]. **Durante a ocupação indonésia já tive muitos encontros com os meus amigos para falarmos sobre a nossa luta, nunca falamos em português, isso foi normal, porque não soubemos nada de português, a língua que utilizamos foi o Tetun...!** Tive também encontro com os guerrilheiros e também com o próprio Sr. Nino Koni Santana, ele nunca nos falou em português, porque ele soube que não sabemos o português, até com os próprios guerrilheiros que estavam com ele, porque a maioria não soube falar português...! Ele só falou português quando ele contactou as pessoas de exterior e vice versa, de Portugal, da Austrália, etc...!" (Representante do povo de Timor-Leste e ex-guerrilheiro(a) contra a Administração do governo indonésio no país. Não se identificou nas mensagens do Yahoo Group com o nome ETSA – Associação dos Estudantes de Timor-Leste, 2006).

O sujeito enunciador (locutor) dessa sequência discursiva ocupa uma outra posição possível pelas condições históricas da presença do português em Timor-Leste ao longo dos séculos. Durante a presença da administração portuguesa no país, o português nunca fora a língua do povo e as poucas oportunidades para aprender o idioma foram dadas aos filhos da elite timorense.

Desta forma o discurso em questão, além de representar a posição sujeito dos que, ao longo da história das línguas em Timor-Leste, nunca receberam nenhuma preparação para aprender o português, aponta para o fator da unidade/identidade nacional concentrar-se na língua tétum, pois ela promoveu a unidade entre os diferentes grupos de Timor-Leste, além de ser extremamente necessária durante o duro processo de ocupação indonésia na ilha. Se a língua tétum não estivesse consolidada/ não fosse a língua fator de unidade, de pertencimento, de identificação entre os timorenses, ao longo da história, dificilmente ela seria a língua de ampla comunicação empregada pelos chefes da guerrilha, pela igreja etc. Novamente, é a língua portuguesa que se encontra em situação desfavorável, pois a história narrada por alguns pretende enaltecer o português, porém os que estiveram na lida diária do movimento da resistência revelam o outro lado da história. O sujeito-enunciador se reconhece enquanto sujeito da história na língua tétum⁵⁵ e não no

5 Algumas informações pontuais sobre o Tétum: Antes da chegada dos portugueses a Timor-Leste, já existiam reis que governavam e dominavam a ilha de Timor. Eram os dois grandes reinados, o de Wehali e Wehiku. O de Wehali, que agora pertence a Timor Ocidental (faz parte da Indonésia), centrado-se em Atambua e de o Wehiku, que agora pertence a Timor Oriental (Timor-Leste), centrado-se em Viqueque à Soibada. O Tétum, naquela altura, já era utilizado pelos reis e pela nobreza destes dois reinados. A prova é que, até hoje, as pessoas de Atambua ainda falam o Tétum (o Tétum Terik de Atambua) e os moradores de Viqueque até Soibada usam o Tétum Terik. Quando os portugueses chegaram a Timor encontraram o Tétum como língua dos reis e nobres e passaram, também, a aprender e a utilizá-lo como língua franca entre portugueses – timorenses, timorenses – timorenses e entre os comerciantes. Mesmo que o Tétum não fosse ensinado nas escolas e, muito menos, utilizado para a escrita, mas na comunicação, principalmente com a população, ele era mais empregado do que o próprio português, porque a maioria das pessoas não

português, negando o que alguns timorenses da elite querem a respeito da história das línguas no país, projetada sempre a partir do enaltecimento da língua do colonizador em detrimento das línguas nacionais.

SD4. “O português é parte integrante dessa ‘nossa cultura e identidade nacional’ sem a qual, como diz Xanana, nunca haveria independência. Esta afirmação também é verdade, durante 24 anos da luta só o Sr. Xanana Gusmão e os restantes que sabem e falam português que lutavam até reconquistamos a nossa independência, graças a esta identidade nacional deles...! O nosso debate é muito interessante, por isso agradeço imenso...! Um grande abraço. Lelobere” (Representante popular com pseudônimo. Mensagem postada do Yahoo Group com o nome ETSA – Associação dos Estudantes de Timor-Leste, 2006).

Aqui um outro sujeito corrobora da mesma posição sujeito da do anterior, inclusive confirmando o “já-dito” pelo anterior, pois a importância da língua portuguesa nos episódios da resistência fora para um grupo de timorenses (que compunha a frente diplomática), incluindo o ex-presidente que já mantinha, antes da ocupação indonésia, relações muito próximas com o português. Só que essa faz parte do processo da frente de libertação organizada por ele e algumas autoridades locais e não de toda a nação timorense. Apenas um grupo muito pequeno se identifica e zela pelo passado histórico, social e cultural português que não chegou a fazer parte do real da população. E isso é levado em conta pela população quando questiona a decisão dos atuais líderes no poder.

SD5. “Claro, o Timor não pode ter **20, 30 línguas oficiais**. Mas baseado em que alguém pode dizer que o tétum vale mais - ou é mais timorense - que o mambai (a língua mais falada como língua materna, segundo o Instituto Nacional de Linguística), o makassai, ou qualquer outra língua natural de Timor? A cultura timorense é formada pelo conjunto dessas línguas e culturas, que são uma das riquezas do país, não apenas pelo tétum. Sim, isso é verdade e correcta que estes dialectos fazem parte da cultura timorense ou seja eles são a própria cultura timorense, mas o Tétum desempenha um papel muito mais importante do que os restantes. Ele desempenha um papel de união nacional e da identidade nacional. Um papel de união nacional porque ele consegue unir os timorenses que têm e falam diferentes línguas e um papel de identidade nacional, porque ele é falado quase por todos os timorenses. Podemos identificar os timorenses pelo Tétum...!” (Representante do povo. Não se identificou nas mensagens do grupo Associação dos Estudantes de Timor-Leste – ETSA, 2006).

Nesta sequência, coloca-se em jogo a opção feita pelo Estado timorense de apenas o Tétum gozar de status de língua oficial ao lado do português, em detrimento das demais línguas nacionais. Porém, o discurso da posição sujeito muda e aparece marcado pela concepção de as ‘línguas naturais’ de Timor-Leste configurarem línguas (dialetos) da cultura local. Línguas de diferentes culturas e não a língua de uma nação. O discurso do sujeito é atravessado por evidências e discursos diversos que o deixa na formação discursiva da política de língua do Estado-Nação. Tal posição sujeito é/vem ideologicamente marcada pela ideia de a língua nacional, segundo Gadet e Pêcheux (2004), ser concebida como:

sabia nada de português. O Tétum era falado, mesmo que não fossem todos, porque havia uma relação de comércio entre falantes de diferentes línguas, por isso precisavam de uma língua intermediária.

[...] elemento central através do qual o Estado Nacional realiza seu ideal de unidade jurídica, propagando a unidade lingüística e realizando a homogeneização da língua e do sujeito, ao instalar a forma de convivência social da cidadania, que tem a propriedade de se apresentar nas formas da universalidade (igualdade). (GADET; PÊCHEUX, 2004, apud PAYER, 2007, p. 17)

Porém, o sujeito, nesta posição, não leva em conta a diversidade linguística dos diferentes grupos (nomeando-os como dialectos), além de considerar que apenas uma língua, no caso de Timor, a língua materna de alguns grupos e a mais usada na comunicação, é a solução para todos os problemas lingüísticos, praticamente hierarquizando – conferindo um status de prestígio a determinada língua e desvalorizando outras. Diante desta posição, a história das línguas e seus falantes é apagada e a estes lhes é negado o reconhecimento da identidade local no interior de sua própria língua, restando apenas a língua do Estado para que seja reconhecido timorense e se faça entender e ser entendido.

SD6. “[...]. Quanto à língua portuguesa em Timor os números são o que são e não podemos alterá-los. De facto, em 1974 (com o colapso do império português) tínhamos dois licenciados. Pouco mais da população que constituía a classe de dirigentes tinham a formação pouco mais do que a 4ª classe. Todos eles formaram o núcleo duro da nossa resistência. Não tinham outra alternativa a não ser utilizar a língua que eles mais dominam para comunicar com o mundo e dizer o porque da nossa resistência.

Podemos sim perguntar aos sucessivos regimes (monárquico e republicano) em Portugal o porque do atraso em termos de ensino e dos 5% que dominavam a língua de Camões em 1975. Podemos culpar, podemos rever a história da colonização portuguesa em Timor... mas tudo vai dar o mesmo: tínhamos 5% da nossa população que falavam português, e era verdade e talvez 3% dos 5 provenientes do esforço da Igreja (escola das missões, escola catequistas e escola e lares femininas etc...

Quanto este tema, independentemente de tudo que disse prefiro olhar para a nossa realidade com algum pragmatismo. **Questionar o nosso passado para perceber o nosso presente e olhar um pouco mais para o futuro questionando que seremos nós como povo e nação daqui 100 anos. Falemos da língua portuguesa, de Tétum mas não falemos do futuro de Waimaá, Mambae, Tokodede, Makasae, Baikenu e outras tantas línguas no nosso país.** [...] Abraço Zito Soares” (Mensagens que circularam durante os meses de Julho e Agosto de 2006 no Yahoo Group com o nome ETSA – East Timor Students Association – sobre a situação da língua portuguesa durante a ocupação indonésia).

Na sequência discursiva acima, a posição sujeito destaca os exemplos do passado (a presença portuguesa em Timor-Leste, do pouco investimento da metrópole no desenvolvimento do português entre os timorenses, da contribuição da Igreja) e da atual situação que desfruta o Tétum, como língua onde parcela significativa da população se entende, para que seja pensado algo, seja dada maior atenção às línguas locais dos diferentes grupos étnicos de Timor-Leste. É evidente que há uma política lingüística em ação que vem contribuindo para o desaparecimento das outras línguas locais no país. O futuro lingüístico de Timor-Leste, como sempre foi, está nas mãos dos grupos políticos no poder e a história tem mostrado que as línguas das minorias (língua materna de cada um dos diferentes grupos) nunca fora prioridade, elemento de preocupação nas decisões políticas locais. Onde estão as outras vozes que representam as demais línguas enquanto

parte integrante da Nação? O que resta a elas? O que os representantes e os grupos étnicos legítimos das minorias querem para as suas línguas?

A propósito de algumas breves conclusões

Nas sequências discursivas previamente analisadas, é possível verificar o estado de tensão e de confronto entre as diferentes posições sujeito a respeito da situação das línguas em Timor-Leste. Dedicando especial atenção ao lugar da língua portuguesa, as línguas Tétum e locais são, por vezes, esquecidas pelo Estado. As línguas, nestas sequências, são concebidas, muitas vezes, como “objetos etéreos”, “natural”, e não como “fato social”, “histórico”, marcadas pelos processos históricos de dominação, conforme propõe Orlandi (2009):

[...] a língua não é una, a língua não é uma, as línguas mudam, as línguas entram em contato, desaparecem, se criam novas, estão sempre em movimento: [...], são praticadas, funcionam em condições determinadas, têm materialidade, fazem história. As práticas simbólicas, que são as línguas, funcionam pelo político. Relações de poder regem seu funcionamento e é impossível pensá-las fora destas condições que, para resumir, eu chamaria de político-históricas. Em diferentes momentos da história as relações de poder se organizam e declinam de modo diferente suas relações com a língua e entre as línguas, mas e entre as diferentes sociedades. (ORLANDI, 2009, p. 71)

REFERÊNCIAS

- FERNANDES, Francisco Maria. *D. Antônio Joaquim de Medeiros (Bispo de Macau) e as Missões de Timor. 1884-1897*. Macau: Centro de Publicações, Universidade de Macau, 2000. 180 p.
- GREGOLIN, Maria do Rosário. Michel Pêcheux e a História Epistemológica da Linguística. *Estudos da Língua(gem)*. Michel Pêcheux e a Análise de Discurso, Vitória da Conquista, n. 1, p. 99-111, jun. 2005.
- GRIGOLETTO, Marisa. *A resistência das palavras*. Discurso e colonização britânica na Índia. Campinas: Ed. da Unicamp, 2002. 236 p.
- GUIMARÃES, Eduardo. *Multilingüismo, divisões da língua e ensino no Brasil*. Campinas: Cefiel/IEL/Unicamp, 2005. 47 p.
- HULL, Geoffrey. *Timor-Leste: Identidade, Língua e Política Educacional*. Lisboa: Instituto Camões, 2001. 53 p.
- INDURSKY, Freda. Da interpelação à falha no ritual: a trajetória teórica da noção de formação discursiva. In: BARONA, Roberto Leiser (Org.). *Análise do Discurso: Apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2007. p.77-91. 222 p.
- _____. Reflexões sobre a linguagem: de Bakhtin à Análise do Discurso. In: _____. *Línguas e Instrumentos Linguísticos*. Campinas: Pontes, 2000. n° 4/5. p. 69-88. 159 p.

MARIANI, Bethânia. *Colonização linguística: línguas, política e religião (séculos XVI a XVIII) e nos Estados Unidos da América (século XVIII)*. Campinas: Pontes, 2004. 187 p.

ORLANDI, Eni. *Análise de discurso*. Princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2009. 100 p.

PAYER, Maria Onice. *Educação popular e linguagem: reprodução, confrontos e deslocamentos de sentidos*. 2. ed. Campinas, Editora da Unicamp, 1995. 96 p.

_____. Processos de identificação sujeito/língua. Ensino, língua nacional e língua materna. In: ORLANDI, Eni Pulcinelli (Org.). *Política linguística no Brasil*. Campinas: Pontes, 2007. p.113-123. 200 p.

PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso (AAD-69). Tradução de Eni P. de Orlandi. In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso*. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da Unicamp, 2010. p. 59-158. 315 p.

_____. *Semântica e Discurso*. Uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni P. de Orlandi et al. Campinas: Editora da Unicamp, 1988. 287 p.

ROBIN, Regine. Formação social, prática discursiva e ideologia. In: _____. *História e Linguística*. São Paulo: Cultrix, 1993. p. 88-134.

RUAK, Taur Matan. A importância da língua portuguesa na resistência contra a ocupação indonésia. *Camões – Revista de Letras e Culturas Lusófonas*, número 14, p. 40-41, jul-set. 2001. 174 p.

THOMAZ, Luis Felipe F. R. A língua portuguesa em Timor. In: _____. *Babel Loro-Sae*. O problema linguístico de Timor – Leste. Lisboa: Instituto Camões, 2002. p. 132-161. 181 p.

TIMOR-LESTE. *Constituição da República Democrática*, 2002. Disponível em: <www.constitution.org/cons/east_timor/constitution-port.htm>. Acesso em: 30 jun. 2011. 70 p.

ZOPPI-FONTANA, Mônica G. *Cidadãos modernos*. Discurso e representação política. Campinas, Editora da Unicamp, 1997. 214 p.